

A IGREJA REFORMADA NO BRASIL HOLANDÊS (1630-1654): HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

*The Reformed Church in Dutch Brazil (1630-1654): history and
historiography*

Élder Perboire Emerenciano de Souza
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: O artigo em questão analisa a atuação da Igreja Reformada no Brasil neerlandês (1630-1654), ao destacar a relação entre os predicantes reformados e os indígenas, especialmente os Potiguara, e a influência religiosa e política da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, WIC). É abordada a estruturação da Igreja Reformada, a evangelização dos povos nativos e a historiografia do período. Ressalta, ainda, figuras como Pedro Poti e Antônio Paraupaba. O trabalho contribui para a compreensão das interações religiosas e culturais do Brasil neerlandês.

Palavras-chave: Brasil neerlandês, Igreja Reformada, Potiguara.

Abstract: The article in question examines the role of the Reformed Church in Dutch Brazil (1630-1654), highlighting the relationship between Reformed preachers and the indigenous people, particularly the Potiguara, and the religious and political influence of the Dutch West India Company (*West-Indische Compagnie*, WIC). It addresses the structuring of the Reformed Church, the evangelization of native peoples, and the historiography of the period. It also emphasizes figures such as Pedro Poti and Antônio Paraupaba. The work contributes to the understanding of the religious and cultural dynamics of Dutch Brazil.

Keywords: Dutch Brazil, Reformed Church, Potiguara.

Introdução

Durante o período que chamamos de Brasil Colonial, entendemos que a maior parte do território brasileiro foi dominada pelos portugueses. No entanto, tivemos a presença de estrangeiros que ameaçavam o domínio português sobre a colônia. A principal e maior ameaça desse período se deu pelos neerlandeses, que conseguiram, por cerca de vinte e quatro anos, se instalar no nordeste brasileiro e dominaram uma área que ia do atual estado de Alagoas até o Maranhão (Hulsman, 2006, p. 38).

No final do século XVI, os Países Baixos se consolidaram militarmente e visavam combater as bases coloniais da riqueza e do poderio ibérico, diante dos conflitos hispano-neerlandeses. Em 1621, foi fundada a Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, WIC), um modelo idêntico ao adotado já no Oriente pelos neerlandeses (Mello, 2010, p. 8). Por mais que o processo de independência tivesse bem encaminhado, os neerlandeses precisavam atacar o Império Espanhol para que a sua independência fosse reconhecida pelos espanhóis e escolheram uma parte mais frágil dos domínios hispânicos na América. A possibilidade de lucro com o domínio do Brasil também incentivou os neerlandeses a investir nesse ousado projeto colonialista.

Diante disso, os neerlandeses, assim como os portugueses, utilizaram a religião na relação com os povos nativos, pois a luta no âmbito religioso entre protestantes e católicos tinham conexões com o conflito entre os neerlandeses e os ibéricos, no território brasileiro do século XVII. Os comandados pela Companhia das Índias Ocidentais se aliaram aos povos indígenas inimigos dos portugueses, que buscavam alianças para combatê-los. Neste artigo, estarei discorrendo sobre o estabelecimento e a estruturação da Igreja Cristã Reformada e seus campos de atuação, sobretudo frente aos povos indígenas aliados aos neerlandeses.

Também farei uma análise sobre a historiografia do Brasil neerlandês. Como a atuação da Igreja Reformada, nesse período, foi tratada pela historiografia? Por isso, utilizarei obras clássicas da História da Igreja Reformada para tal tarefa. Busco trazer uma contribuição para a historiografia sobre o Brasil holandês, utilizando figuras esquecidas ou pouco conhecidas por historiadores e por praticantes da fé reformada durante o Brasil holandês. É comum que, entre os cristãos brasileiros, tenha uma forma de exaltar “grandes

personagens”, como Lutero e Calvino, que atuaram no continente europeu, e desconhecer aqueles que lutaram e até perderam a vida pelo protestantismo em terras do Brasil.

É necessário fazer um parêntese sobre os termos utilizados. Utilizo termos, como “Bahia” e “Paraíba”, para facilitar a compreensão das áreas às quais me refiro, mas não havia essa divisão geográfica por estados, como conhecemos nos dias atuais. Assim, também não existia ainda “Brasil”, no sentido de um país com identidade nacional, mas éramos uma colônia de Portugal; após a conquista neerlandesa, fomos uma extensão indireta dos Países Baixos, ao considerarmos que a WIC era uma companhia privada, com privilégios concedidos pelos Países Baixos. Também darei preferência em escrever “neerlandeses” ao invés de “holandeses”, já que a Holanda era apenas uma província dos Países Baixos.

1. Os neerlandeses queriam somente a evangelização?

É encantador pensar no lado religioso e atribuir como um sonho inocente, uma ideia de salvar as almas dos indígenas, que receberiam essa salvação por meio da fé reformada. Se um historiador estudar apenas esse aspecto, produzirá um trabalho incompleto e simplista, pois, naquele período, havia uma intensa disputa política e comercial.

No ano de 1568, é iniciada a Guerra dos Oitenta Anos, que dá início ao processo de independência dos Países Baixos, reconhecida pela Espanha somente em 1648. Sobre esse contexto, os neerlandeses buscaram o domínio do território brasileiro, pois acreditavam que a América portuguesa representaria o lado mais fraco do Império Espanhol, por não ser tratado como uma área prioritária (Mello, 2010, p. 17), frente às cidades fortificadas no Caribe espanhol ou no México. Portugal atravessava um período de instabilidade política, devido à união das coroas e a formação da União Ibérica.

Assim, os neerlandeses atacaram primeiramente a Bahia, em 1624, onde tiveram um êxito inicial. Tinham instruções por parte do almirante Jacob Willekens para não perderem de vista Pernambuco (Mello, 2010, p. 22), pois acreditavam que, por mais que o Brasil correspondesse a uma área bem maior do que países da Europa, as duas regiões mais importantes era Bahia e Pernambuco. Uma vez que conquistassem esses dois pontos estratégicos, teriam conquistado todo o território brasileiro.

Os neerlandeses tiveram dificuldades para expandir seu domínio além da cidade de Salvador e sofreram com as guerrilhas luso-brasileiras (Mello, 2010, p. 22). Quando os

reforços provenientes dos Países Baixos chegaram na Bahia, já era tarde demais. A cidade já tinha sido reconquistada por uma frota luso-espanhola. As embarcações que traziam reforços decidiram voltar para a Europa. Houve uma parada na Paraíba, para abastecer o navio com água potável e víveres frescos. Nesse local, os enviados pela WIC se encontraram com os indígenas Potiguara, cuja relação com os portugueses não era amistosa.

Os neerlandeses passaram semanas estreitando laços com esses indígenas e, antes de retornarem para a Europa, alguns nativos manifestaram o desejo de embarcar. Não sabemos ao certo a quantidade de indígenas que conseguiram ir, mas teria pelo menos treze pessoas (Meuwese, 2003, p. 86). Sabemos que dois desses indígenas que embarcaram foram muito importantes na atuação dos reformados no Brasil: Pedro Poti e Antônio Paraupaba. A WIC suspendeu atividades no Brasil até 1629, para se concentrar na obtenção de novos recursos financeiros, que visavam uma nova invasão ao Brasil (Meuwese, 2003, p. 33).

Após essa breve exposição sobre a relação conturbada dos neerlandeses com a União Ibérica, podemos entender que seria ingênuo demais pensar somente no lado religioso dos predicantes. É importante entender que a Companhia estava mais preocupada com o lado comercial do que com a evangelização dos nativos (Meuwese, 2003, p. 10). A busca pelo lucro era o que mais interessava à WIC, porém não podemos considerar a evangelização como algo secundário, pois também fazia parte intrínseca do projeto de colonização. Esse interesse visava quebrar o poder da Igreja Católica sobre o mundo ultramarino. Eles entendiam que estariam estendendo a guerra contra a Espanha para o Novo Mundo (Meuwese, 2003, p. 29).

Outro ponto importante para compreender a atuação dos reformados no Brasil é que, por mais que seja comum usarmos termos como “neerlandeses” ou até mesmo “holandeses” – por se tratar da principal província dos Países Baixos, no sentido comercial e financeiro (Vainfas, 2011, p. 23), a WIC não era composta apenas por nascidos nos Países Baixos. Vieram pessoas de diferentes nacionalidades europeias, como dos Estados Alemães e da Escandinávia. Quanto ao lado religioso, nem todos seguiam o calvinismo. Havia luteranos enviados pela WIC, bem como judeus e católicos (Miranda, 2011, p. 6).

A comunicação entre os funcionários da WIC e os indígenas também nos dá a entender sobre os interesses prioritários da Companhia. Havia uma certa desconfiança entre as duas partes, porém os funcionários da WIC precisavam forçar esse contato com os indígenas, pois facilitaria a conquista do território e, conseqüentemente, adquiriria o açúcar (Meuwese, 2003, p. 24). Os neerlandeses também visavam a obtenção dos lucros provenientes da exploração do pau-brasil e a criação de uma base estratégica contra a navegação espanhola e portuguesa (Mello, 2010, p. 17).

2. Por que formar uma aliança entre os potiguara e neerlandeses?

Após mais de um século de contato entre indígenas e europeus, os costumes do Velho Mundo eram conhecidos, em parte, pelos indígenas. Não irei traçar um recorte geral do assunto, mas focarei nos indígenas Potiguara, que viviam no nordeste brasileiro e que se tornaram aliados dos neerlandeses.

Para os europeus, os povos indígenas que ficavam próximos ao litoral eram considerados civilizáveis, enquanto os povos do interior eram considerados bárbaros. Os tupis (indígenas do litoral) haviam adotado parte da cultura material europeia e isso também contribuiu para que os neerlandeses enxergassem os tupis como um nível social mais elevado do que os tapuias (indígenas dos sertões). Tais visões variam de acordo com a perspectiva e o momento dos europeus. Não existe indígena selvagem ou indígena amigável, assim como também não tratamos os europeus sob essa classificação. A relação entre esses povos se deu por meio de um amplo processo de trocas (Hulsman, 2006, p. 39).

Como falado no ponto anterior, os Potiguara não tinham uma relação amistosa com os portugueses. O histórico de lutas entre portugueses e Potiguara é cheio de vitórias e derrotas para ambos os lados. Os Potiguara eram dominantes na região de Itamaracá ao Maranhão. Duarte Coelho, ex-governador de Pernambuco e fundador de Olinda, fez boas relações com eles. Essas relações não permaneceram assim, pois alguns Potiguara obtiveram armas de fogo por meio dos franceses e fizeram uma resistência forte contra os portugueses, a fim de se libertar da escravização. Alguns deles se mantiveram fiéis aos portugueses, em meio ao conflito (Hulsman, 2006, p. 41). Logo, a relação amigável foi se deteriorando.

Era importante e vantajoso para os Potiguara terem um forte aliado, como a WIC, para lutar contra os portugueses, devido à relação conflituosa que eles tinham com os

portugueses. Para o lado dos neerlandeses, também era importante e vantajoso estabelecer uma relação com povos nativos, conhecedores das terras e interessados em expulsar os portugueses do território. Mesmo com as desconfianças, o interesse antilusitano uniu os dois lados (Meuwese, 2003, p. 34).

Tal união seria facilitada, embora houvesse um grande choque cultural, pelo fato de alguns dos Potiguara terem passado por aldeamentos geridos por religiosos católicos, sendo neles catequisados, pois chegaram ao Velho Mundo com nomes de batismo católico. Por isso, eles possuíam um conhecimento prévio da fé cristã, através do ponto de vista católico. No entanto, eles iriam aprender mais sobre um outro lado europeu, ao se envolverem em um conflito que também era marcado pelo viés religioso, influenciado pelos ideais de Martinho Lutero e João Calvino, que, no século anterior, lideraram reformas religiosas que originaram duas vertentes do cristianismo: o protestantismo e o calvinismo (González, 2011, p. 64).

Dois grandes personagens para os reformados no Brasil estavam na expedição da WIC retornando para a Europa após o fracasso da conquista da Bahia: Pedro Poti e Antônio Paraupaba. Eles tiveram acesso às universidades neerlandesas e ficaram nos Países Baixos por cerca de cinco anos. Foram imersos na cultura europeia e aparentemente assimilaram elementos de educação europeia, embora os neerlandeses se queixam sobre eles, em 1640, ao afirmar que eles mantiveram os seus “hábitos selvagens”, como as danças tupis e pintura corporal (Meuwese, 2003, p. 168).

Para os neerlandeses, esses indígenas poderiam ser importantes mediadores e, de fato, forneceram informações sobre o Ceará, Rio Grande e Paraíba, sobretudo os minerais do interior do Ceará, o litoral, as forças militares portuguesas no nordeste do Brasil (Meuwese, 2003, p. 91), assim como descrições importantes sobre povos indígenas vizinhos e algumas palavras em tupi (Meuwese, 2003, p. 92). A capacidade dos indígenas, principalmente de Pedro Poti, para atuarem como mediadores interculturais possibilitou a comunicação e o estabelecimento de laços políticos entre os dois lados (Meuwese, 2003, p. 69; Miranda, 2025, p. 6-10)).

Alguns indígenas se converteram ao calvinismo neerlandês e as autoridades neerlandesas ficaram impressionadas com o interesse dos indígenas pela “verdadeira religião cristã” (Meuwese, 2003, p. 89). No entanto, estabelecer uma aliança com uma pequena quantidade de indígenas não significa que seria fácil receber o apoio de todos os

Potiguara, pois eles correspondiam a uma grande comunidade e várias lideranças tinham um certo domínio sobre determinada localidade.

Muitas vezes, se dissemina uma ideia equivocada de que os indígenas sempre foram subordinados aos europeus, como se não tivessem capacidade para negociarem com eles. Como podemos ver, os indígenas Potiguara estabeleceram uma relação diplomática com os ambiciosos funcionários da WIC. Eles eram mediadores valiosos para os europeus, porque aprenderam a língua neerlandesa e adotaram aspectos do protestantismo (Meuwese, 2003, p. 71), isso se tornou crucial para a relação entre os povos. Os Potiguara não estavam apenas beneficiando os neerlandeses, mas também eram beneficiados por essa aliança.

De forma geral, os indígenas foram populações muito ativas na história do Brasil e encaro de maneira incompleta estudar o período que conhecemos como Brasil holandês citando apenas europeus, já que as relações dos europeus com comunidades indígenas são determinantes para o desenrolar do período colonial.

3. Estruturação da Igreja

A Igreja Reformada no Brasil esteve atrelada à presença dos neerlandeses: chegou e partiu com eles, sem condições de se manter sob o domínio português. Afinal, a guerra religiosa estava diretamente ligada ao turbulento cenário geopolítico europeu.

É importante destacar que a experiência religiosa neerlandesa no Brasil não foi exclusiva para a vertente calvinista. Outras denominações reformadas estavam presentes. Especula-se que a maioria dos europeus que vieram sob os comandos da WIC eram protestantes, sobretudo das vertentes luterana e calvinista. Também é provável que houvesse uma certa quantidade de anabatistas, batistas, católicos e judeus (Miranda, 2011, p. 23). A tolerância religiosa existente na República das Províncias Unidas certamente contribuiu para tal variedade.

O historiador Frans Leonard Schalkwijk divide a atuação dos reformados no Brasil em três principais períodos: período de crescimento (1630-1636), período de florescimento (1637-1644) e período de fenecimento, (1645-1654). No entanto, os primeiros passos da Igreja Reformada se deram em 1624 a 1625, durante a invasão dos neerlandeses em Salvador (Schalkwijk, 2004, p. 93).

Há registros da presença de sete pastores em solo baiano, nos quais seis eram efetivos e um apenas de passagem. Após o fracasso na Bahia, não se via a presença de cultos reformados em Salvador, com exceção de cultos domésticos realizados por poucos estrangeiros.

Dezenas de igrejas reformadas surgiram durante a presença neerlandesa no Brasil, espalhadas pela região Nordeste. Além de Salvador, também tivemos igrejas em Sergipe, Forte Maurício no rio São Francisco (atual Penedo), Alagoas do Sul (sul da atual Maceió), Porto Calvo, Ipojuca, Santo Antônio do Cabo (atual Cabo de Santo Agostinho), Cabo de Santo Agostinho (atual Suape), Recife, Olinda, Sirinhaém, Forte Orange (Ilha de Itamaracá), Vila de Goiana, Igarassu, Ilha de Fernando de Noronha, João Pessoa, Cabedelo (ou Forte Margarita), Natal, Forte Reis Magos (Rio Grande do Norte), Fortaleza Schoonenburch (Ceará) e Maranhão. Precisamos destacar as três igrejas em Itapecerica, Aldeia de Maurícia e Massurepe (ou Maieireba), pois foram compostas por indígenas (Schalkwijk, 2004, p. 95).

Nem todas essas igrejas citadas acima existiram no mesmo tempo, como é o caso de Salvador que surgiu apenas em 1624 e se encerrou no ano seguinte. Quando os portugueses começaram a recuperar áreas do nordeste, também acontecia uma recuperação católica sobre os territórios protestantes.

Na organização das igrejas reformadas, havia a classificação entre igrejas organizadas e congregações. A diferença é que, na primeira, há um consistório; na outra, não há, por ser uma pequena comunidade. O consistório é um conselho formado por pastores, presbíteros e diáconos, cujo papel era de dirigir a igreja local (Schalkwijk, 2004, p. 96).

Foram erigidas 12 igrejas no Brasil: Salvador, Forte Maurício no rio São Francisco, Porto Calvo, Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Santo Antônio do Cabo, Recife, Itamaracá, Goiana, Paraíba, Cabedelo e Forte Reis Magos. Parte dos templos católicos construídos pelos portugueses foram tomados e utilizados pelos reformados para realizarem os seus cultos. Os neerlandeses também destruíram e depredaram parte dos templos católicos. O primeiro culto reformado em Salvador aconteceu no dia 11 de maio de 1624. Uma curiosidade é que se deu um dia após a captura da cidade (Schalkwijk, 2004, p. 104).

A partir de 1630, a primeira igreja foi a do Recife. Esta também foi a primeira a chegar à condição de igreja organizada, ao possuir o primeiro consistório. Ela também tinha um maior número de pastores e presbíteros. Todas as reuniões, tanto do Presbitério como do Sínodo do Brasil, realizavam-se no Recife (Schalkwijk, 2004, p. 98-99).

4. Influenciadores da Igreja Reformada no Brasil

Nos primeiros anos, os conteúdos das mensagens que eram ministradas nos cultos reformados consistiam na exposição de capítulos de livros da Bíblia, que eram escolhidos pelo consistório local. Com a chegada de pastores como Vincente Soler, Jacobus Dapper, Frederico Kessler e Petrus Gribius, se dá uma importância maior para que as mensagens tivessem aplicação à vida diária dos ouvintes (Schalkwijk, 2004, p. 106).

Também era comum mensagens que envolvessem temas polêmicos e política, além da vida diária. Heinrich Bullinger, Willian Perkins, Guilherme, o Taciturno, Jean Taffin eram algumas das referências para os predicantes europeus que atuavam no Brasil (Schalkwijk, 2004, p. 106-107). Se entendermos as ideias centrais desses referenciais, podemos entender também sobre como os ministros atuavam no Brasil, ao passarem os ideais reformistas.

Heinrich Bullinger foi um teólogo e reformador suíço, que se tornou o sucessor de Ulrico Zuínglio, um dos principais reformadores. Ele tem sido chamado como “o reformador esquecido” (Gordon, 2019, p. 17). Na Suíça, o movimento de reforma religiosa aconteceu de forma independente ao que estava acontecendo sob liderança de Lutero, porém a influência luterana se dava por meio dos seus escritos. O movimento reformista na Suíça foi muito importante para o calvinismo, pois João Calvino se refugiou na Suíça e aprendeu os ensinamentos de Ulrico Zuínglio (Gordon, 2019, p. 25). É válido ressaltar que a maioria dos predicantes, que vieram para o Brasil, pela WIC, eram calvinistas.

Bullinger foi muito influenciado pelas ideias humanistas, sobretudo os pensamentos de Erasmo de Roterdã (Gordon, 2019, p. 18). Também foi influenciado pelos pensamentos de Lutero e Melanchthon, embora tenha combatido a consubstanciação – ideia católica que permaneceu no luteranismo (Gordon, 2019, p.24). Os sermões de Bullinger eram bíblicos, simples, claros e práticos, como era buscado entre os predicantes da WIC.

Outro citado como referência para os reformados que vieram ao Brasil foi Willian Perkins, um teólogo inglês, considerado o pai do Puritanismo inglês, nascido em 1558 e morto em 1602. Seu legado é marcado principalmente pelas instruções para elaborar um sermão. Muito preocupado em provar tudo o que é ensinado nas Escrituras, o que lembra um pouco Zuínglio. Ele se dedicou para explicar os ideais calvinistas de forma simples e se tornou conhecido por conseguir explicar tanto para um erudito quanto para alguém que não passou por grandes universidades. Quando morreu, seus livros vendiam mais do que os livros de Calvino, Teodoro de Beza e Heinrich Bullinger juntos (Ferreira, 2009).

Sob a influência de Perkins, podemos entender que provavelmente havia uma certa preocupação entre os predicantes em ter um método considerado seguro para ministrar seus sermões baseados na Bíblia. Embora apresentassem semelhanças com os calvinistas, os reformados da WIC receberam influência de outra vertente do protestantismo: o puritanismo.

Há uma outra referência, porém, é mais relacionada com o lado político do que o religioso. Guilherme, o Taciturno, também chamado de Guilherme, o Silencioso, ou Guilherme de Orange, é uma das principais figuras políticas da história dos Países Baixos. Ele esteve diretamente ligado a uma revolta que originou na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), na qual resultou na Independência dos Países Baixos e na formação da República das Províncias Unidas.

Guilherme de Orange foi membro da nobreza durante os reinados de Carlos V e do seu filho, Filipe II. Foi criado sob influências do luteranismo, mas também recebeu educação católica para poder integrar na vida política (Historiek, 2024). Suas divergências do pensamento espanhol o aproximaram também do calvinismo, sendo considerado o chefe dos calvinistas, nos Países Baixos, e pai da pátria (Altman, 2014).

Alguns europeus consideram Guilherme de Orange um traidor do catolicismo enquanto outros o consideram fiel e herói calvinista, muito pelo fato de que houve uma coalisão entre as Províncias do Norte, que lutavam pela independência do Império Espanhol, e as Províncias do Sul, que eram fiéis aos espanhóis (Historiek, 2024). De fato, foi uma grande figura para a identidade nacional neerlandesa e o contexto vivido no século XVI tinha uma grande semelhança com o contexto no qual os predicantes reformados viviam no Brasil: a luta contra os espanhóis.

Temos também como referência para os predicantes que atuaram no Brasil, Jean Taffin, que foi um teólogo calvinista. É interessante observar que Taffin enfatizava, em seus sermões, sobre a alegria gerada por ser filho de Deus e que a teologia é válida como um meio para se chegar em uma vida com experiências diárias com Deus (Osterhaven, 1974, p. 182). Podemos observar a similaridade dos predicantes reformados no Brasil que também estavam interessados em pregar sobre temas que tivessem aplicações na vida diária. Para Taffin, o testemunho das Escrituras Sagradas deve ser confirmado com experiências (Osterhaven, 1974, p. 184). Seu livro *Sobre o arrependimento da vida* chegou ao Brasil e era usado como um dos livros com mensagens bíblicas para os consoladores (evangelistas) lerem nas reuniões diariamente (Schalkwijk, 2009, p. 78).

Os movimentos reformistas não eram totalmente independentes. Na Europa, os reformadores trocavam informações e buscavam se unir contra a Igreja Católica, embora nem sempre conseguissem. No Brasil holandês, o principal inimigo da Companhia das Índias Ocidentais era o Império Espanhol. Por isso, a diferença entre calvinistas e luteranos eram menos intensas do que a disputa geral entre católicos e reformados.

Entre os livros teológicos encontrados nos baús dos consoladores estava *Institutas*, de João Calvino, e *Dos tratados do papa*, de Martinho Lutero (Schalkwijk, 2009, p. 79). Isso nos mostra que não era apenas o calvinismo que estava influenciando os predicantes da WIC, mas também o luteranismo, embora a proximidade dos predicantes seja maior para o calvinismo em comparação com o luteranismo.

5. Como a historiografia tratou a Igreja Reformada no Brasil?

Pela quantidade de obras citadas, de autores diferentes, como fontes historiográficas, podemos notar que realmente houve uma atuação da Igreja Reformada no Brasil. Isso parece óbvio. Contudo, parece que estamos falando de uma parte esquecida da História da Igreja, principalmente pelos protestantes brasileiros.

Sabemos que o estudo da história, de forma coletiva, cria uma identidade entre grupos, por isso, é interessante pensar que os protestantes brasileiros, de forma geral, costumam tratar figuras europeias como grandes heróis enviados por Deus, e não disseminam, nem se interessam em conhecer pessoas importantes, que lutaram e até sacrificaram suas vidas por terem se convertido à fé reformada em suas próprias terras.

Ainda que alguns historiadores tenham falado sobre o protestantismo no Brasil holandês, é possível observarmos que, em algumas obras respeitadas sobre História da Igreja, que serão abordadas neste tópico, esses primeiros contatos dos indígenas com o protestantismo parecem ter passado despercebido pela historiografia protestante. Não me parece ser algo restrito ao meio evangélico, mas há um esquecimento sobre os temas sociais do Brasil neerlandês, de forma geral.

5.1 – Émile G. Leonard

O respeitado historiador francês, Émile G. Leonard (1891-1961), trouxe grandes contribuições para os estudos da fé reformada brasileira, sobretudo com a sua obra *O Protestantismo Brasileiro*, publicado pela primeira vez em formato de livro em 1963. Quando chegou ao Brasil, Leonard se debruçou sobre a literatura produzida por protestantes (Carvalho, 2013, p. 100) e passou a produzir, de forma pioneira, estudos de caráter acadêmico.

Ao observarmos a obra *O Protestantismo Brasileiro*, notamos o desconhecimento por parte de Leonard sobre a atuação dos reformados durante o Brasil holandês, ao considerar que os primeiros contatos se deram com a vinda dos imigrantes protestantes, nas primeiras décadas do século XIX, e o estabelecimento do protestantismo em solo brasileiro apenas em 1855 com o médico escocês, dr. Robert Kalley, que seria o fundador da primeira comunidade protestante do Brasil (Leonard, 2002, p. 59).

5.2 – Jesse Lyman Hurlbut

Jesse Lyman Hurlbut (1843-1930) foi diretor do Instituto Bíblico de Newark, EUA. Sua principal obra *História da Igreja Cristã* é considerada uma porta de entrada para estudar História da Igreja e tornou-se um livro muito influente nos estudos desenvolvidos em seminários teológicos no Brasil.

Embora sua obra siga a linha da história positivista e eurocêntrica, com periodizações que apontam para o continente europeu e dê pouca atenção para desenvolver uma história bem contada da América Latina, Hurlbut aborda de forma reducionista, em menos de três linhas, toda a atuação dos reformados no Brasil holandês: “Os holandeses, no curto espaço de tempo de ocupação em alguns pontos do Brasil, iniciaram posteriormente alguns movimentos de evangelização” (Hurlbut, p. 278, 2007).

Embora tenha citado uma versão revista e atualizada, o autor escreveu a edição original em 1918. Iremos entender adiante sobre a relevância que a época das publicações possui para compreendermos um dos motivos dos reformados no Brasil holandês terem passado despercebidos por alguns estudiosos renomados. Apesar do foco de Hurlbut não ser específico no Brasil, sua exposição do assunto não chega perto da complexidade desse “curto espaço de tempo”.

Como exemplo da herança de Hurlbut, o material didático, do ano de 2020, do Centro de Treinamento Bíblico Rhema, conta com uma matéria sobre História da Igreja muito influenciada pelo livro introdutório de Hurlbut. No material, cita a passagem dos franceses no século XVI, sob o comando de Nicolas Durand de Villegagnon (Rhema, 2019, p. 301), os quais não tinham objetivos religiosos, mas sim comerciais e militares (Mariz, 2008, p. 54). Após isso, há um pulo no tempo até o século XIX, para discorrer sobre a atuação do dr. Robert Kalley (Rhema, 2019, p. 302).

5.3 – Justo L. González

Nascido em Cuba, teólogo e historiador com mestrado e doutorado pela Universidade Yale, Justo González é considerado por muitos como a principal referência quando o assunto é História da Igreja.

O seu principal trabalho é *História Ilustrada do Cristianismo*, com a primeira edição publicada em 1978. Um panorama geral desde a Era dos Mártires, no século I, até Era Inconclusa, no século presente. Tal obra é comumente usada como bibliografia em seminários teológicos.

González aborda diversos acontecimentos em épocas diferentes, de forma sucinta, sem empobrecer a exposição do conhecimento, e fazendo leituras históricas equilibradas. Ele dedicou o capítulo de número 82 para discorrer sobre o Brasil, porém a principal referência de História da Igreja, para os protestantes, demonstra desconhecimento sobre o Brasil holandês, pois expõe muito bem a chegada dos católicos portugueses e também as atividades dos jesuítas entre as populações indígenas e, por último, os franceses do século XVI.

Em uma obra admirável, na qual tratou sobre Brasil e Reforma Protestante nos Países Baixos, nos deixa a impressão que faltou pouco para os predicantes enviados pela WIC entrarem nessa produção historiográfica de referência.

5.4 – Por que os reformados do Brasil holandês não são vistos pela historiografia?

É claro que existem produções de historiadores que tratam sobre o tema em questão. Contudo, podemos notar que o assunto não foi visto pela parte da historiografia que buscou contar a história dos protestantes de forma generalizada.

Marcone Carvalho, mestre em Ciências da Religião, estudioso da vida e das contribuições de Leonard, parece confirmar e acreditar em sua tese de mestrado nos primeiros passos do protestantismo apenas no século XIX, assim como Leonard escreveu (Carvalho, 2013, p. 100), sem fazer qualquer ressalva para o desconhecimento do autor. No entanto, considero muito importante a contribuição de Carvalho, em sua tese, sobre o desinteresse da historiografia brasileira pelo protestantismo, durante o século XX, o que podemos entender que é necessário estudar e produzir mais obras acadêmicas sobre o protestantismo no Brasil (Carvalho, 2013, p. 95), pois em geral, como apontado, vários estudiosos protestantes sequer conheceram a primeira atuação dos reformados no Brasil.

Atualmente, é notória a mudança no espaço ocupado pelos protestantes no cenário nacional, sobretudo pela crescente no número de protestantes no Brasil, desde a década de 70. Os estudos sobre a realidade protestante se diversificaram e estão cada vez mais presentes na produção intelectual do país, por vários fatores, entre eles, podemos citar a midiatização das igrejas, criação de faculdades e envolvimento de líderes e denominações com política partidária (Carvalho, 2013, p. 99).

Devemos considerar também, tanto para Hurlbut quanto para Leonard e González, que os estudos sobre o Brasil holandês estavam engatinhando na primeira metade do século XX. Considero como uma das principais obras sobre o assunto *O Brasil Holandês*, de Evaldo Cabral de Mello, publicada apenas em 2010. Também devemos citar *Tempos dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Mello, com edição original de 1947, e *Fastos Pernambucanos*, de Pedro Souto-Maior, publicado em 1913. Especificamente sobre os reformados, Frans Leonard Schalkwijk publica apenas em 1986 o livro *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. Pedro Souto-Maior traduz, em 1915, as “Atas da Classe do Brasil”, que eram manuscritos, guardados em arquivos nos Países Baixos, que contém diversas informações sobre a vida diária, social, política e eclesiástica do Brasil holandês.

Assim, embora haja um desinteresse dos protestantes brasileiros por sua própria história, outra razão para o esquecimento dos reformados no século XVII está no desenvolvimento tardio dos estudos sociais do Brasil holandês, que se consolidaram

apenas nos séculos XX e XXI (Miranda, 2020, p. 42-43). Por isso, as novas produções precisam ter outra postura, isto é, considerar que, no período do Brasil holandês, tivemos uma significativa atuação da Igreja Reformada no Nordeste.

Pensando no futuro, se não houver uma crescente no número de publicações acadêmicas sobre os reformados no Brasil holandês, que possivelmente partirá de evangélicos que ingressarão na vida acadêmica, dificilmente haverá um crescimento no interesse por parte da comunidade evangélica para resgatar a memória daqueles que pregaram a fé reformada dois séculos antes da chegada do dr. Robert Kalley.

Um outro fator que considero bem peculiar na contribuição do esquecimento do assunto é a maneira pela qual os protestantes reformados atuaram no Brasil, no sentido de estrutura física. É verdade que muitas obras foram realizadas durante o governo de Maurício de Nassau, porém os cultos protestantes eram feitos, em sua maioria, nos templos que os católicos utilizavam, como a Igreja da Sé, em Olinda, que hoje é um ponto turístico que remonta a história da cidade e do catolicismo. Temos também o caso da Igreja Valã, a única construída no Brasil pelos neerlandeses, durante o período estudado.

Temos também o limite do conhecimento do idioma. Não é comum encontrarmos pessoas, no Brasil, que se dedicaram ao estudo e aprendizado da língua holandesa. Souto-Maior, Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello são historiadores de três gerações distintas que contribuíram significativamente para o estudo do Brasil holandês, focando em aspectos diferentes. Gonsalves de Mello trouxe, em *Tempos dos Flamengos*, os primeiros comentários acerca da atuação do clero reformado no Brasil.

Além disso, embora Nassau tenha deixado sua marca em Pernambuco, os portugueses destruíram as heranças neerlandesas no nordeste brasileiro, sem permitir que pudéssemos apreciar as estruturas construídas pelos neerlandeses, embora se tenha homenagens ao período, como a ponte Maurício de Nassau, em Recife, e o Forte Orange, na Ilha de Itamaracá, que não são as mesmas estruturas construídas no século XVII.

6. Predicantes Europeus no Brasil Holandês.

Nos tópicos 6 e 7, pretendo discorrer sobre pessoas que tiveram uma certa importância ou destaque ministerial naquele período. Contudo, não desejo construir uma história positivista, na qual se baseia em grandes personagens, sejam heróis ou vilões. Podemos fazer isso até mesmo em assuntos que não são tão centrais nos campos

historiográficos. Minha intenção é destacar os feitos e contribuir para a memória dos reformados durante o Brasil holandês, sem tentar criar uma imagem heroica sobre tal indivíduo. Se há críticas sobre os que tiveram esse tipo de construção no imaginário popular, como Lutero e Calvino, estaríamos apenas trocando os “heróis”.

Falar sobre a atuação da Igreja Reformada nos levará a falar sobre pessoas, pois é disso que a Igreja é formada. Contudo, ao longo do tempo, alguns foram colocados em um patamar irrealista, como se tivessem sido perfeitos, segundo o ponto de vista moral bíblico. Isso não é verdade. Por isso, ao falar sobre algumas dessas pessoas, também estarei trazendo acontecimentos ou boatos controversos, que chegaram até nós por meio de fontes históricas, sem ter o intuito de rebaixar os feitos durante o serviço como líder religioso.

A missão desses predicantes estava longe de ser fácil. Conforme consta na Ata da Igreja, 3 de março de 1637, 2ª sessão, artigo 6º (tradução de Frans Leonard Schalkwijk, 1993, p. 153), vemos a intenção dos predicantes na conversão de indígenas, portugueses e negros. Para essa ousada tarefa, eles tinham algumas estratégias planejadas, pediam recursos e condições para a WIC. Um dos pedidos é que se coloquem mestres de escolas, tanto neerlandeses como indígenas nas aldeias, ou seja, podemos notar a presença nos aldeamentos, que foi uma estratégia dos jesuítas para os povos nativos (Vainfas, 2009, p. 154), e se assemelhava mais com o estilo de vida sedentário europeu e se tentava exercer maior controle sobre os indivíduos.

Contudo, os predicantes alegavam que os negros continuavam no “paganismo”, sem afeição pelo cristianismo ou por aprender mais sobre os valores da religião cristã (Schalkwijk, 1993, p. 144), mas também há uma alegação nas Atas de Classes do Brasil, em 1648 (período classificado por Frans Leonard Schalkwijk como o do “fenecimento” da Igreja Reformada no Brasil), que não se fez esforços para que os negros pudessem se converter e essa seria a justificativa para o comércio dessas pessoas (Schalkwijk, 1993, p. 160). Isso significa que os predicantes europeus não investiram em um programa voltado para negros, com o intuito de levá-los ao cristianismo, o que provavelmente representaria um problema para a WIC, ao considerar que era usada a mão de obra escrava e proibida a utilização de indígenas como escravizados. Vale destacar que, embora houvesse a proibição, indígenas foram escravizados (Mello, 2001, p. 216).

Quanto aos brasileiros (ou indígenas que falavam em tupi), o resultado foi diferente, até porque, como já mencionado, havia três igrejas compostas por indígenas, além de que a relação diplomática da WIC com os potiguaras era totalmente diferente da relação com os negros. É afirmado nas Atas de Classes do Brasil, em 1647, que: “os acharam em boa ordem e razoável progresso no conhecimento do Santo Evangelho” (Schalkwijk, 1993, p. 145). No entanto, havia uma expectativa para ver maiores frutos partindo dos brasileiros, especialmente com as crianças pequenas, o que é compreensível, pois estavam trabalhando por uma mudança na mentalidade da população que dificilmente aconteceria de um ano para o outro, mas sim no longo-prazo.

Um outro ponto interessante para entendermos é que os predicantes tinham uma certa exigência com quem deveria ser enviado para o Brasil, como presbítero, para esse trabalho missionário. Eles se preocuparam com a moralidade cristã na vida desses indivíduos, sendo homens não somente dedicados à Igreja Reformada, mas também de boa e honesta reputação quanto a seu comércio e andar, além de que também pediam mais recursos enviados pela Companhia, conforme a Ata da Igreja, 3 de março de 1647, 3ª sessão, artigo 9º (traduzido por Schalkwijk, 1993, p. 156). Nas Atas de Classes do Brasil, vemos várias alegações morais, sobretudo no que se refere à prostituição e adultério.

6.1 – Vicente Soler

Esse é provavelmente o principal predicante que atuou durante os tempos da WIC no Brasil. Vicente Soler foi um espanhol, pastor da igreja do Recife, a maior da época, tendo como membro o governador Maurício de Nassau (Schalkwijk, 2005, p. 197), a quem possuía uma grande admiração e reconhecimento pelos seus feitos em prol da WIC, sobretudo a expansão territorial e apoio ao tráfico de escravos (Dantas, 2014, p. 77).

Tal admiração nos leva a uma contradição: como os predicantes desejavam alcançar os negros e levá-los à liberdade, sem abrir mão da mão de obra escrava? Por isso, não podemos criar super-heróis no imaginário popular, mas buscar entender os valores e o contexto da época. Essa ideia de alcançar os africanos ficou mais na teoria do que na prática, e não foi apenas por causa dos interesses da WIC, mas os próprios predicantes não estavam dispostos a mudar a realidade dos escravizados. Em 1638, o Conselho Eclesiástico debateu a questão se seria lícito um cristão comprar e vender escravizados, contudo, chegaram à conclusão de que o trabalho açucareiro não teria prosseguimento sem os negros escravizados (Mello, 2001, p. 186-187).

Soler era muito crítico aos predicantes que estavam no Brasil e chegou até a comparar, em suas cartas, Recife com a cidade de Sodoma, que foi incendiada por Deus diante da perversidade e da imoralidade da população, segundo os escritos bíblicos. Logo, podemos afirmar que essa imoralidade não seria uma exceção entre os predicantes, pelas palavras de Soler. A importância de Soler se dá principalmente por ser um dos poucos predicantes, no Brasil holandês, a falar português (Dantas, 2014, p. 62), o que era essencial, ao considerarmos que os indígenas potiguaras tiveram contato com os portugueses antes do conflito que se estabeleceu entre eles, e que os neerlandeses enfrentaram dificuldades para se comunicar com os nativos. Ter colocado como o principal predicante não é apenas uma mera opinião da minha parte, mas também dos historiadores que trabalham com esse tema, como Schalkwijk, na obra *Igreja e Estado no Brasil Holandês* (Schalkwijk, 2004, p. 216).

6.2 – David à Doreslaer

Nascido nos Países Baixos, David à Doreslaer foi o primeiro missionário de tempo integral entre os nativos, durante o domínio neerlandês. Serviu na igreja da Paraíba durante alguns meses, foi nomeado missionário na aldeia de Maurícia e também atuou como capelão na expedição de Nassau contra Salvador, em 1638 (Schalkwijk, 2004, p. 218). Como um jovem pastor na Paraíba, desenvolveu atividades ligadas ao presbitério e foi indicado pelos indígenas para ser o seu predicante. Pedido que foi atendido pelo presbitério (Costa, 2018, p. 167). Seu trabalho como pastor no sul da Paraíba foi considerado como um grande êxito por Nassau, no que se refere à pregação, educação, produção literária e ministério diaconal (Costa, 2018, p. 168).

Foi tão dedicado na sua missão que alcançou a fluência no português, estudou o tupi de tal forma que aprendeu a falar e a escrever na língua nativa, fator essencial para a evangelização dos indígenas (Oliveira, 2022, p. 132). Destaco, ainda, o seu feito em redigir um catecismo e formulários para os nativos, utilizado entre 1642 e 1646. Tal obra foi criticada por não estar totalmente conectado com o Catecismo de Heidelberg (1563), mas essa não foi a intenção de Doreslaer, já que afirmou que o idioma tupi não possuísse as palavras necessárias para fazer uma tradução literal do documento em questão (Oliveira, 2022, p. 132-133).

Schalkwijk descreve Soler como o pai da missão evangélica na América do Sul, enquanto Doreslaer seria comparável a Timóteo, o filho espiritual de Paulo (Schalkwijk, 2004, p. 2019).

6.3 – Thomas Kemp

O rev. Thomas Kemp foi um inglês que veio ao Brasil como soldado da WIC. Em 1638, foi contratado pela Igreja e pelo governo como professor, atuante nos aldeamentos na Paraíba. Em 1641, foi promovido a “proponente” (ou “pastor auxiliar”, na linguagem contemporânea). Não demorou muito para alcançar a próxima promoção: no ano seguinte, foi consagrado como pastor (Schalkwijk, 2004, p. 220).

Quando atuava como proponente, esteve na aldeia de Massurepe juntamente com Pedro Poti. Kemp atuou por dez anos, muito dedicado na evangelização dos indígenas e auxiliando outros missionários que estavam no Brasil (Oliveira, 2022, p. 133). Mesmo com o início da Guerra de Restauração (1645-1654) e suas batalhas que influenciaram diretamente nas atividades religiosas, Kemp continuou mais alguns anos servindo à Igreja nas aldeias indígenas (Oliveira, 2022, p. 134-135).

7. Indígenas Reformados

Os indígenas foram o centro da atuação missionária dos reformados. Alguns conseguiram embarcar nos navios neerlandeses após a fracassada tentativa de conquistar Salvador. No Velho Mundo, eles aprenderam os ensinamentos da religião cristã reformada. Eles haviam aprendido a ler e a escrever nos aldeamentos católicos, por isso, a rápida transição e aprendizado da língua neerlandesa foi facilitada. Posteriormente, serão muito importantes no contato entre neerlandeses e indígenas, como mediadores da comunicação entre os dois lados (Miranda, 2025, p. 4-6).

Se eles foram descritos como “boa ordem e progresso do conhecimento do Santo Evangelho” (Schalkwijk, 1993, p. 145), não pode ter sido de forma espontânea, mas porque passaram pelos programas de educação cristã que a Igreja Reformada estava fazendo nas terras brasileiras. Doreslaer informa, em seu relatório de 1638, que os indígenas frequentavam os cultos de oração, cânticos e pregação, assim como também atendiam às admoestações (Costa, 2018, p. 168). A interação entre a cultura indígena e a europeia é um fenômeno que deve ser analisado não sob uma ótica de inferioridade dos indígenas, mas como parte do processo histórico da época. Ambos tinham interesses nessa

relação, os neerlandeses não se sustentariam no território nordestino sem um forte apoio indígena.

É importante reiterar que havia um interesse da WIC na conversão dos nativos para se tornarem bons súditos e soldados. No entanto, é preciso equilibrar essa afirmação, pois o desejo religioso e sincero também estava presente nos registros que chegaram até nós, como as Atas da Classe do Brasil. É um erro adotar uma visão dualista extrema, seja enxergando a evangelização como um mero instrumento de manipulação, seja idealizando-a como um nobre esforço para salvar e libertar as almas indígenas. É difícil dizer qual dos lados estava mais forte e em que medida, porém, pelos registros, encontramos as duas intenções no processo de evangelização dos indígenas.

7.1 – Pedro Poti

Esse é provavelmente o principal indígena do período, no sentido religioso. Quando se fala no assunto, muitos estudiosos dão ênfase em Pedro Poti, um dos Potiguara que foram para os Países Baixos, no contato que aconteceu na Paraíba, antes do domínio neerlandês no Nordeste. Antônio Paraupaba o descreve como o “pilar da fé” (Schalkwijk, 2004, p. 257).

Schalkwijk o descreve como um homem muito fiel à causa reformada e um herói da fé, durante muito tempo da sua prisão, no qual não abriu mão dos princípios aprendidos (Schalkwijk, 2004, p. 257). Meuwese também aponta para a importância política de Poti, sobretudo no papel de intérprete, sendo descrito como um líder e porta-voz dos potiguaras, inclusive comunicando sobre uma trégua entre os tapuias e os pepetamas, a fim de lutarem juntos contra os portugueses e seus aliados. (Meuwese, 2003, p. 69).

Poti chegou a ser descrito como um capitão bêbado, entregue ao álcool, por parte dos funcionários coloniais neerlandeses (Meuwese, 2003, p. 167), porém, o governo da WIC em Recife não o puniu severamente, por causa da sua reputação e por considerar que tanto Pedro Poti quanto Antônio Paraupaba eram úteis como mediadores e disseminavam o protestantismo entre os indígenas (Meuwese, 2003, p. 169).

Apesar disso, concordo com Schalkwijk, ao chamá-lo de “herói da fé”, pois o lado religioso é bem notável nas fontes históricas que temos sobre Poti. O próprio Poti trocou cartas com seu primo, aliado dos portugueses, Filipe Camarão, que o motivava a abandonar os neerlandeses e se submeter às autoridades portuguesas. Em suas cartas, Poti

argumenta e desafia Filipe Camarão a abandonar os portugueses e juntar-se aos neerlandeses, inclusive ele se descreve como um cristão melhor do que os católicos, pois ele crê somente em Cristo, não macula a religião com idolatria – esse argumento nos lembra os ensinamentos de Lutero, a base do protestantismo. Além disso, também afirma que pratica a religião cristã diariamente (Gonçalves *et al.* 2009, p. 41) – o que também nos lembra as influências dos predicantes neerlandeses, que buscavam pregar a fé reformada relacionando com o cotidiano.

Filipe Camarão oferece perdão para Poti e para os outros Potiguara que se rendessem aos portugueses, em 1645. Ele os convida a se afastarem dos neerlandeses (ou “homens maus”, como é descrito na sua carta de 19 de agosto de 1645), prometendo que os indígenas ficariam bem, perfeitamente de acordo com o modo de vida antigo, isto é, antes da chegada e domínio dos neerlandeses (Navarro, 2022, p. 11). Tal oferta não foi atendida.

Geralmente, tratamos com admiração os cristãos – muitas vezes, europeus – que foram perseguidos e se tornaram mártires, por perderem a sua vida em prol do cristianismo. Poti, sem dúvidas, é um mártir da fé reformada. Ele enfrentou um enorme sofrimento, sendo lançado em um poço, na fortaleza de Santo Agostinho, por cerca de seis meses. Quando era retirado, padres e monges saltavam sobre ele, a fim de forçá-lo a negar a sua fé (Schalkwijk, 2004, p. 257). Sua morte deve ter acontecido em viagem para Portugal, não sabemos a causa (Casculo, 1956, p. 63).

7.2 – Antônio Paraupaba

Assim como Pedro Poti, Antônio Paraupaba também foi um dos indígenas que passaram um tempo nos Países Baixos, antes da ocupação holandesa no Nordeste. Ele obteve fluência no holandês e foi um dos que tiveram o papel de mediador entre os Potiguara e neerlandeses, além de ser um dos disseminadores do protestantismo entre indígenas. Aparece na ata diária do Alto Conselho de 1637 como um líder de aldeia tupi, na qual possuía mais de 84 homens e 21 mulheres (Meuwese, 2003, p. 159). Esteve presente na comitiva de retorno de Maurício de Nassau à Europa, em 1644. Foi concedida aos indígenas uma audiência com os Senhores XIX, na qual conseguiram ser declarados livres da escravização e súditos dos Países Baixos (Miranda *et al.* 2024, p. 6-7).

Há dois pontos que trouxeram um destaque de Antônio Paraupaba e que nos interessa demais para entender a relação entre os indígenas com os neerlandeses. O

primeiro se refere a uma tentativa de mudar a forma que a WIC estava governando no Brasil: Paraupaba retorna ao nordeste alegando que teria conseguido uma autorização para a escolha de um líder indígena que lidaria com as questões dos nativos e que não seriam submissos ao governo local. (Meuwese, 2003, p. 178).

Sobre essa ousada tentativa, podemos entender que Paraupaba buscava aumentar sua influência, liderando os Potiguara e protegendo o seu povo da dominação europeia. Além disso, nos sugere que ele estava familiarizado com a complexa estrutura administrativa da República das Províncias Unidas, provavelmente sabendo que os funcionários da WIC estariam abaixo do Conselho XIX, na hierarquia política, pois teria viajado duas vezes para a Europa (Meuwese, 2003, p. 179).

O segundo episódio que traz destaque para a figura de Paraupaba são os seus escritos, que chamamos de “As Remonstrâncias”, também traduzido por “Representações” (Hulsman, 2006, p. 49). Esses escritos foram enviados para os Estados Gerais – nome do conselho soberano dos Países Baixos – com pedidos de ajuda aos indígenas aliados que se refugiaram para o Ceará, após 1654. Paraupaba escreveu as Remonstrâncias logo após retornar aos Países Baixos, em 1654, cobrando aos neerlandeses que cumpram o acordo de zelar pelos potiguaras enquanto fossem fiéis aos Países Baixos e à fé reformada (Hulsman, 2006, p. 55).

No texto, podemos observar referências aos ensinamentos bíblicos, como a parábola dos talentos escondidos, argumentando que, se os neerlandeses não cumprissem essa obrigação diante de Deus, seria como esconder os talentos, pois teriam feito a missão evangelística sobre os indígenas, mas estariam abandonando aqueles que se mantiveram fiéis ao que foi ensinado, embora sofressem perseguições portuguesas (Gonçalves *et al.* 2009, p. 43). Paraupaba provavelmente faleceu na Holanda, no ano de 1656, porém não temos informações sobre o que de fato aconteceu. Também não sabemos ao certo qual seria a aceitação das mensagens contidas nas Remonstrâncias entre os membros dos Estados Gerais, mas podemos deduzir que chegaram armas ao Nordeste, na sangrenta Guerra dos Bárbaros, que exterminou muitos indígenas no Brasil (Schalkwijk, 2004, p. 261; Miranda *et al.* 2024, p. 13).

Nessa guerra, podemos trazer um destaque para um outro indígena, chamado João Nhanduí, ou “João Pregador”, preso no Rio Grande do Norte e identificado como um dos líderes da revolta indígena. Ele era um pregador reformado entre o seu povo, um

predicante dos tapuias (Schalkwijk, 2004, p. 264). Não temos tanta clareza sobre o ministério de João Nhanduí, por isso, não será necessário abrir um tópico para ele, embora seja louvável citá-lo pelos poucos indícios que temos, ao considerarmos o impacto dos ensinamentos protestantes nos indígenas.

Considerações Finais

Diante disso, podemos entender que estudar os protestantes e a atuação da Igreja Reformada durante o Brasil holandês é um campo historiográfico que ainda possui muito espaço para ser explorado, muito concentrado nos estudos do Schalkwijk. Isso se deve em paralelo ao tardio estudo social do período dos neerlandeses no Brasil, o que ocasionou uma série de produções sem o tal conhecimento.

Com a atuação de mais historiadores – que pode ser acompanhada com a atuação de intelectuais de outras áreas, como teólogos e sociólogos – nesse assunto, teremos um conhecimento mais robusto disponível para aqueles que se interessarem sobre o assunto, que pode ser passado para a população por meio da escola, de seminários teológicos, cursos livres, eventos, entre outros.

Dessa forma, preservaremos a memória dos indígenas que lutaram e até deram a vida pelo seu povo e, em segundo plano, pela causa reformada, além de compreender melhor a relação entre indígenas e europeus, evitando os estereótipos que retratam os nativos como submissos e inferiores frente a europeus supostamente mais civilizados.

O conhecimento histórico corresponde a uma grande ferramenta de aprendizado ao desconhecido. Acredito que o senso comum não possui no seu imaginário a complexidade e a diferença entre os povos indígenas, tratando-os como um só povo e se referendo a eles de maneira pejorativa. Conhecer a vida de Pedro Poti e Antônio Paraupaba permite demonstrar sua importância na construção da sociedade, sendo importantes não apenas por serem praticantes da fé reformada, mas por terem vivido nos tempos de colonização negociando e escolhendo lados, algo que foi fundamental para que os Potiguara permanecessem ativos até os dias de hoje.

Referências

ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1584 – É assassinado Guilherme I, príncipe de Orange**. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/hoje-na-historia-1584-e-assassinado-guilherme-i-principe-de-orange/>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.

CARVALHO, Marcone Bezerra. **Émile-G. Léonard e sua contribuição aos estudos do protestantismo brasileiro**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil holandês**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

COSTA, Regina de Carvalho Ribeiro da. **Ambivalências brasílicas em face do domínio holandês nas capitanias do Norte (1630-1654)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2018.

DANTAS, Mariana. **Presbiterium: o predicante Vicente Soler e a missão calvinista no Brasil holandês**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FERREIRA, Franklin. **William Perkins e a pregação no movimento puritano**. Disponível em: <<https://ministeriofiel.com.br/artigos/william-perkins-e-a-pregacao-no-movimento-puritano>>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

GONZÁLEZ, Justo L. **História Ilustrada do Cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa**. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2011. v. 2.

GONÇALVES, Regina Célia; CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. **Povos indígenas no período do domínio holandês: uma análise dos documentos tupis (1630-1656)**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

GORDON, Bruce; CAMPI, Emidio. **Architect of Reformation: an introduction to Heinrich Bullinger (1504-1575)**. 1ª ed. Eugene: Wipf and Stock, 2019.

HURLBUT, Jesse L. **História da Igreja cristã**. 2ª ed. São Paulo: Editora Vida, 2007.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. **Revista de História**, n. 15, p. 37-69, 2006.

HISTORIEK. **Willem van Oranje (1533-1584)**. Disponível em: <<https://historiek.net/willem-van-oranje-1533-1584/55645/>>. Acesso em: 24 de março de 2024.

LEONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro: estudo da eclesiologia e história social**. 3ª ed. rev. São Paulo: ASTE, 2002.

MARIZ, Vasco. Villegagnon: Hero or Villain? **História**, v.27, n.1. p.51-76. 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. 1ª ed. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves. **Tempo dos Flamengos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

MEUWESE, Marcus. **“For the peace and well-being of the country”**: intercultural mediators and dutch-indian relations in new Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. 2003. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – University of Notre Dame, South Bend, 2003.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. A representação dos Potiguara na Assembleia de Tapesserica (1645): estudo e tradução de um escrito indígena das Guerras do Açúcar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 20(1), 2025, p. 1-33.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Fontes e abordagens recentes para a História das Capitanias do Norte: um guia de pesquisa sobre o tempo dos holandeses (1630-1654). **História Unicap**, v. 7, n. 13, 2010.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. Sobre os que fazem guerra: migração, origem e perfil social dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais (1630-1654). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 29.2, 2011.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; Xucuru-Kariri, Rafael; Costa, Suzane Lima. Um escrito inédito do indígena Antônio Paraupaba e o ocaso das relações potiguara-neerlandesas (1654-1656). **Revista de História**, São Paulo, n. 183, 2024, p. 1-28.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 17, n. 3, 2022.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. O missionarismo reformado na capitania da Paraíba durante o Brasil holandês (1630-1654). **REVER**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2022.

OSTERHAVEN, M. Eugene. The Experiential Theology of Early Dutch Calvinism. **Reformed Review**, Holland (USA), v. 27, n. 3, 1974.

RHEMA BRASIL PUBLICAÇÕES. Centro de Treinamento Bíblico Rhema: v. 2A. Campina Grande: Rhema Brasil Publicações, 2019.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 58, p. 145-284. 1993.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil holandês**. 3ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. Os livros no Brasil holandês e seu significado para os obreiros evangélicos brasileiros. **Revista Ciências da Religião - História e Sociedade**, [S. l.]. v. 7, n. 1. 2009.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Viver e morrer no Brasil holandês**. Organizado por Marcos Galindo. Recife: Massangana, 2005.

SOUTO-MAIOR, Pedro. A Religião Cristã Reformada no Brasil no Século XVII. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1º Congresso da História Nacional, 1915, Rio de Janeiro. Reimpresso in: RIBEIRO, Domingos, **Tragédia de Guanabara**. Rio de Janeiro: Typo-Lith, 1917.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. E-book.

VAINFAS, Ronaldo. O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta a serviço da evangelização calvinista no Brasil holandês. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**. N. 27-2, 2009, p. 145-162.

Anexos

Veredas da História

Atual Arquivos Notícias Sobre

Buscar

Início / Submissões

Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. [Acesso](#) em uma conta existente ou [Registrar](#) uma nova conta.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

✓

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

✓

O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou OpenOffice

✓

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.

Diretrizes para Autores

A Revista Veredas da História aceitará somente trabalhos sob a forma de artigos, traduções de fontes, estudos com documentação em português, resenhas e entrevistas. Todos os textos apresentados aos(as) Editores(as) serão submetidos a dois membros do Conselho Consultivo e/ou dois pareceristas *ad hoc* para que emitam sua avaliação. Nos casos em que houver divergência entre os(as) pareceristas, os textos serão enviados a um terceiro membro para a emissão de uma nova apreciação. Os artigos receberão um dos seguintes pareceres: a) a aceitação integral do texto; b) a recusa para publicação; c) a aceitação com reformulações, sendo o texto, neste caso, reemitido ao(a) autor(a) para as alterações. Para tais apreciações, os membros do Conselho Editorial considerarão os seguintes critérios: a adequação às normas formais, a consistência e coerência teóricas, a contribuição para os estudos históricos e a originalidade.

Artigos

O periódico somente aceita artigos inéditos (a não ser no caso de traduções), redigidos em português, inglês, espanhol ou francês. Os artigos encaminhados para publicação devem ser digitados em editor de texto word for windows (para PC) 6.0 ou superior, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas de 1,5 (simples), papel A4, margens superior/inferior 2,5 cm e esquerda/direita 3 cm, podendo ter até 30 páginas. Os artigos deverão ser apresentados considerando a seguinte ordenação:

1. Título do trabalho, alinhado à direita, na primeira linha da folha inicial e em caixa alta, tamanho 20.

2. Título em inglês, alinhado à direita, em itálico, tamanho 16.

3. Logo abaixo, o(s) nome(s) do(s) autor(es) ou autora(s) deve(m) vir centralizado(s).

4. Depois disso, a filiação institucional do(s) autor(s) e da(s) autora(s) deverá vir igualmente centralizada.

5. Em nota de rodapé, deve-se inserir, se for o caso, maiores informações sobre a autoria tais como formação acadêmica, contato (e-mail) e outros dados relevantes. Todas as notas de rodapé seguirão a seguinte configuração: fonte Times New Roman, tamanho 10, espaço simples, alinhamento justificado.

6. Antes do texto propriamente dito, em duas colunas, apresenta-se um resumo em língua do texto e um resumo em português. Caso o idioma do texto seja o português, o abstract deve ser escrito em inglês, respeitando o limite máximo de 750 caracteres (sem contar os espaços). Os resumos devem ser acompanhados de 3(três) palavras-chave e keywords.

7. O artigo propriamente dito

8. Referências

Edição Atual

ATDM 3.0

ESP 3.0

FRF 3.0

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Idioma

English

Español (España)

Français (Canada)

Italiano

Français (France)

Enviar Submissão

Navegar

Palavras-chave

territorialidades

2015

imperialismo

América

resistência

Caril

cerâmica

chile

instituições

tribunais do antigo regime

formação e política

as mulheres

crítica

cartagena de índias

9, n. 1, 2016

leptocleto

matos alexandra

miguel, luis felipe

ideias

dona lucia

roque

27

Resenhas

Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, no máximo, há dois anos e no exterior, no máximo, há cinco anos. As resenhas deverão ter entre 5 e 10 páginas e ser apresentadas considerando a seguinte ordenação:

1. Título da resenha, centralizado, na primeira linha da folha inicial.
2. Logo abaixo, deverá vir a expressão "Resenha de" seguindo esta ordem: nome do(a) autor(a), *título da obra em negrito*, cidade, editora, ano de publicação e número das páginas. Apenas o título da obra deve vir em itálico. Todo esse trecho deverá estar centralizado.
3. Depois disso, o(s) nome(s) do(s) autor(es) ou autora(s) deve(m) vir centralizado(s).
4. A filiação institucional do(s) autor(es) e autora(s) também deve estar centralizada.
5. Em nota de rodapé, insere-se, caso seja preciso, maiores informações sobre o(s) autor(s) e autora(s), tais com formação acadêmica, contato (e-mail) e outros dados relevantes, seguindo a mesma configuração exigida para os artigos.
6. Logo após isso, deverá vir a resenha propriamente dita.
7. Por fim, colocar as referências bibliográficas, se houver.

Obs.: Para baixar o template para as Resenhas, clique [aqui](#)

Traduções de fontes e estudos documentais em português

As traduções e estudos de documentos deverão ter no máximo 30 páginas e considerar as seguintes orientações formais:

1. Título da tradução, estudo ou dossiê documental.
2. Nome(s) do(s) autor(s) e/ou autora(s), centralizado(s) e, imediatamente abaixo, a filiação institucional.
3. Em nota de rodapé, junto à autoria, devem vir os dados sobre a formação acadêmica, contato (e-mail) e outras informações relevantes. Segue-se a mesma configuração dos artigos, incluindo o template.
4. Antes do(s) texto(s) propriamente dito(s), apresenta-se um resumo em português (excetuando-se os artigos em inglês e espanhol) e um abstract em inglês, cada um deles com 3 palavras-chave ou *keywords*, respeitando o limite máximo de 750 caracteres (sem contar os espaços).
5. Na sequência, caso seja necessário, deve-se apresentar uma Lista de abreviações.
6. Antes da tradução propriamente dita, a autoria deverá elaborar um texto introdutório, apresentando historicamente os contextos de produção e/ou apropriação dos documentos, ou quaisquer outras informações e análises que considerar pertinentes.
7. A tradução propriamente dita deverá conter um texto bilíngüe disposto em duas colunas paralelas. Além disso, ela seguirá as mesmas orientações e limites espaciais dos artigos.
8. Por fim, colocar as referências bibliográficas.

Entrevistas

As entrevistas deverão ter no máximo 15 páginas e considerar as seguintes orientações:

1. Título da entrevista, centralizado, e subtítulo obrigatoriamente contendo o nome da personalidade entrevistada. Exemplo:
Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler.
2. Depois, a autoria deverá vir de forma centralizada, dispondo abaixo do nome a titulação acadêmica e/ou profissional. Nos casos de co-autoria, seguir-se-á a mesma orientação, sendo que os(as) outros(as) autores(as) virão logo abaixo e de forma igualmente centralizada. Para cada autoria, em nota, colocar a titulação, contato (e-mail) e outras informações relevantes.
3. Antes da entrevista, virá um texto introdutório, apresentando as considerações relevantes sobre o(a) entrevistado(a).
4. A entrevista propriamente dita vem em seguida, podendo a mesma ser conduzida por meio de perguntas e respostas, ou na forma de considerações sequenciadas dos(as) entrevistadores(as) e dos(as) entrevistados(as).
5. Referências bibliográficas.

Obs.: Para baixar o template para as Entrevistas, clique [aqui](#)

Normas para citações

As citações das referências deverão ser dispostas **exclusivamente** no sistema autor-data-página, no corpo do texto e entre parênteses, com pontuação posterior ao parênteses. Ex.: (Gadotti, 1987, p 39).

As referências completas deverão vir somente no final do texto no item "Referências". Caso haja documentos históricos a serem destacadas, pode-se distingui-los nessa seção um item para "Fontes" e outro para "Bibliografia".

Para livro: SOBRENOME (caixa alta), Prenome do autor (caixa normal). **Título do livro (negrito).** Cidade: Editora, Ano. (Coleção, volume – se tiver). **Exemplo:** WEISS, Donald. **Como Escrever com Facilidade.** São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

Para capítulo de livro do mesmo autor: SOBRENOME (caixa alta), Prenome do autor (caixa normal). Título do capítulo. In: (sem negrito) _____. (6 traços sublinhados). **Título do livro (negrito).** Cidade: Editora, Ano. Cap. N.º, p. (Coleção, volume – se tiver). **Exemplo:** GADOTTI, Moacir. A Paixão de Conhecer o Mundo. In: _____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** São Paulo: Atlas, 1987. Cap. 5, p. 58-73.

Para capítulo de coletânea de vários autores: SOBRENOME (caixa alta), Prenome do autor (caixa normal). Título do capítulo. In: (sem negrito) SOBRENOME (caixa alta), Prenome do organizador / editor (caixa normal). **Título do livro (negrito).** Edição (se não for a 1ª.). Tradução (se tiver). Cidade: Editora, Ano, p. (Coleção, volume – se tiver). **Exemplo:** FLORENTINO, Manolo; MACHADO,

Para artigo de periódico: SOBRENOME (caixa alta), Prenome do autor (caixa normal). Título do artigo. **Título do Periódico (negrito)**, Cidade, v., n. (se tiver), ano, p., mês (se tiver). **Exemplo:** LEENHARDT, Jacques. As ambivalências da identidade corporal. **Revista Fênix**. Paris: bv. 4, Ano IV, p. 3-6.

Para citação de textos da Internet: SOBRENOME (caixa alta), Prenome do autor (caixa normal). **Título do texto**. Disponível em: <site>. Acesso em: dia, mês e ano. **Exemplo:** LAMAS, Marta. **Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma**. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Marta_lamas.PDF>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

Normas para edição de imagens: Quando forem utilizadas imagens no artigo, os autores deverão enviar os originais das mesmas ou cópia feita em *scanner* e gravada em arquivo com terminação *TIF ou JPG, individual para cada imagem, e com resolução de 300 DPI. Caso sejam utilizadas fontes especiais (grego, latim, hieróglifo, hebraico etc.) no artigo, o texto original deve ser transcrito em nota.

Citações

Parágrafo com mais de 3 linhas deverão ter um recuo de 1cm à esquerda e 0cm à direita, em fonte Times New Roman, tamanho 11, sem itálico. Em nota, destaca-se a referência bibliográfica no sistema autor-data-página

Artigos

Política padrão de seção

Artigos para Dossiê

Política padrão de seção

Resenhas

Política padrão de seção

Entrevistas

Política padrão de seção

Traduções

Política padrão de seção

Declaração de Direito Autoral

Outras observações importantes

- A revista informa que os conceitos, afirmações e opiniões contidas nos trabalhos publicados são de inteira responsabilidade de seus(as) autores(as), não refletindo, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial e/ou Conselho Consultivo.
- O envio do artigo para o periódico já se constitui em autorização para publicação, caso seja aprovado pelo Conselho Editorial.
- É de inteira responsabilidade dos(as) autores(as) a revisão ortográfica, gramatical e de normalização.
- O não cumprimento destas regras levará à notificação do(a) autor(a), que deverá fazer as correções necessárias para a (re)avaliação do Conselho Editorial, acarretando no atraso na publicação do artigo.
- A revista está aberta a todas as contribuições de graduados(as), professores(as) e alunos(as) da pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.
- Os(As) interessados(as) em colaborar com seus trabalhos devem fazer o cadastro, escolhendo um login e senha, e submeter os textos originais no sistema da Revista.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



Platform &
workflow by
OJS / PKP